

O ARCO PRÉ-ROMÂNICO DO MOSTEIRO DE MANHENTE (BARCELOS)

Mário Jorge Barroca *

ABSTRACT: The Benedictine monastery of Manhente, near Barcelos (north of Portugal) was founded in the 10th or 11th century. The original Pre-Romanesque temple suffered a profound reconstruction in the early 12th century, when the Romanesque church was built between 1117 and 1123 as documented by two medieval inscriptions kept in the modern church. This Benedictine monastery was extinguished in 1400. Several architectonic elements from the Pre-Romanesque and Romanesque churches still survive, among them an arch that was re-used in a 14th century wall, with distinctive features permitting its attribution to the primitive church. As a matter of fact, this was originally a horseshoe arch which lost its two springer stones. This arch, which remains unpublished, is the most important testimony of the first temple built at Manhente.

665

A Igreja de S. Martinho de Manhente (conc. de Barcelos) é justamente celebrizada pelos seus vestígios românicos¹. A importância destes testemunhos, integrados no edifício moderno, explica-se pela circunstância de esta igreja, hoje um simples templo paroquial, estar relacionada com o vetusto mosteiro de S. Martinho de Manhente, uma instituição que já existia nos fins do Séc. XI e que foi extinta nos inícios do Séc. XV. Junto à fachada deste templo ergue-se uma torre e anexa a ela, para a banda Sul, encontram-se uns muros arruinados. É nessas ruínas, provavelmente relacionadas com o velho conjunto monástico, que se encontra reaproveitado o arco que motiva esta nota. Apesar da celebridade do templo, que foi visitado por todos os grandes investigadores da nossa Arquitectura Românica, estas pedras mais antigas passaram despercebidas e chegaram

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras do Porto

¹ Encontra-se classificada como Monumento Nacional (Dec. nº 2166, DG nº 265, de 31 de Dezembro de 1915). A classificação abrange a Igreja e a Torre.

até hoje inéditas. No entanto, elas constituem um dos mais remotos vestígios deste importante conjunto patrimonial.

A primeira referência documental ao Mosteiro de S. Martinho de Manhente encontra-se exarada no Censual da Sé de Braga, dos fins do Séc. XI, que Avelino de Jesus da Costa estudou e associou à figura do Bispo D. Pedro (1071-1091). Neste notável documento, a dado passo, regista-se: "*De Sancto Martino de Manente - Jantar*"². Esta referência permite-nos saber que no último quartel do Séc. XI, quando o Censual foi organizado, a Sé de Braga recebia de S. Martinho de Manhente a contribuição anual de um jantar. Apesar de não ser referido explicitamente que se tratava de um mosteiro podemos deduzir que já assim seria uma vez que o jantar era uma prestação típica (embora não exclusiva) de instituições monásticas³. Por isso, podemos assumir que, algures entre 1071 e 1091 - as datas que limitam o episcopado de D. Pedro -, o Mosteiro de Manhente já existia⁴. A confiar nas informações do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, o Mosteiro teria sido fundado por D. Pedro Afonso de Dorães (certamente natural de Durrães, freguesia do concelho de Barcelos, junto ao rio Neiva)⁵. Como teremos oportunidade de analisar mais à frente, existem vestígios arquitectónicos que revelam a presença de uma estrutura monástica em Manhente numa fase muito mais recuada que a época em que D. Pedro Afonso de Dorães ou Durrães terá vivido. Por isso, julgamos que as palavras do Conde D. Pedro não devem ser levadas à letra, entendendo-se que D. Pedro Afonso fundou *ex nihilo* o Mosteiro de Manhente. À semelhança do que aconteceu com outras instituições, é provável que ele tenha sido o responsável pela introdução da reforma monástica em Manhente, levando o mosteiro a abandonar a regra de S. Rosendo e a adoptar a regra de S. Bento.

Alguns anos mais tarde o Mosteiro volta a ser notícia quando, a 6 de Janeiro de 1128 [?], D. Afonso Henriques entrega a carta de couto do

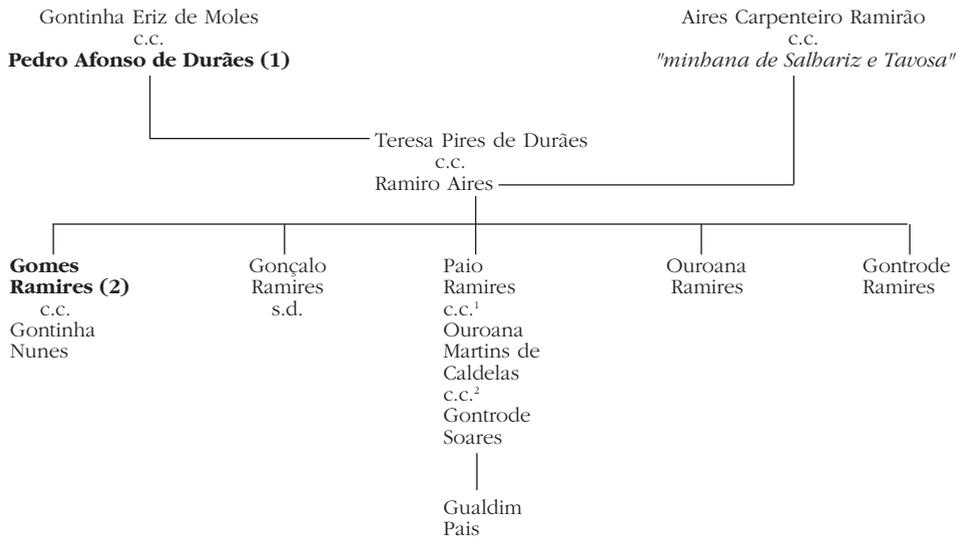
² Cf. Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, vol. II, Coimbra, 1959, p. 165.

³ Sobre a prestação do *Jantar* veja-se Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. I, Coimbra, 1959, pp. 73-74. Nas suas palavras, "*consistia em aposentar e alimentar o prelado ou o seu representante e respectiva comitiva na visita anual às paróquias*" (op. cit., p. 73), o que, atendendo à dimensão das comitivas e ao facto de elas poderem ficar mais de um dia no mesmo local, se podia transformar numa pesada contribuição.

⁴ Vd. tb. José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, 1988, p. 614.

⁵ José Mattoso, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II, Lisboa, 1980, p. 83 (LL, 56 B 2). Vd. também José Mattoso, *Ricos Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, 1982, p. 214.

Mosteiro de S. Martinho de Manhente a D. Gomes Ramires: "... *tibi Gomesioni Ramire facio cautum ad illud monasterium Sancti Martini de Manhente ... et praedictum monasterium habet iacentiam sub monte Aliariae bracharensi territorio fluvio discurrente Cavado...*"⁶. D. Gomes Ramires, que pertencia à linhagem dos Ramirões, era neto de D. Pedro Afonso de Durrães, que, como vimos, o Conde D. Pedro pretende ter sido o fundador daquela casa monástica⁷. Era, ainda, tio do célebre D. Gualdim Pais, Mestre dos Templários portugueses entre 1156 e 1195. Com efeito, e de acordo com as informações do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, D. Teresa Pires de *Dorães* (ou Durrães), filha de D. Pedro Afonso de *Dorães*, casara com Ramiro Aires, filho de Aires Carpentreiro. As informações que o Conde D. Pedro nos transmite permitem reconstituir o seguinte esquema genealógico⁸:



(1) "Fundador" do Mosteiro de Manhente

(2) Distinguido com a Carta de Couto, em 1128 (?)

⁶ Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo 2, Lisboa, APH, 1962, pp. 785-787, Doc. 86bis (= DMP, DR 86bis). Também referido por Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, vol. II, Braga, 1959, p. 165. O Pe. Miguel de Oliveira, utilizando uma cópia do Séc. XVIII, atribuiu este diploma a 6 de Junho de 1126 (cf. Pe. Miguel de Oliveira, *As Paróquias Rurais Portuguesas. Sua origem e formação*, Lisboa, 1940, p. 193). O mesmo aconteceu com Teotónio da Fonseca (cf. Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado*, vol. I, Barcelos, 1948 (2ª ed., facsimilada, Barcelos, 1987), p. 290).

⁷ Sobre os Ramirões e o seu interesse noutras casas monásticas do Entre-Douro-e-Minho (S. Simão da Junqueira, Vilela, Souto) veja-se José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. I, Lisboa, 5ª ed., 1995, p. 179.

⁸ Cf. José Mattoso, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II, Lisboa, 1980, p. 83-85.

No entanto, devemos sublinhar que a autenticidade da carta de Couto de 1128 foi questionada por Rui de Azevedo, que realçou as dificuldades levantadas pelas subscrições - nomeadamente a presença de D. Teresa ao lado do Infante, no castelo de Faria, escassos meses antes da Batalha de S. Mamede⁹ - e pelo facto do Infante já surgir com a sua cúria estruturada, impossível na época pretendida. Estes aspectos levaram Rui de Azevedo a concluir que estaríamos "*na presença de documento falso ou propositadamente deturpado para fins que desconhecemos*"¹⁰.

Segundo se pretende no diploma de 1128, os limites geográficos do Couto de Manhente eram os seguintes:

*"In primis levat se illud cautum per illum locum ubi praedictus fluvius vocatur Niger, et inde per arcam montis Bovini usque ad molendinum fratris quomodo vadit per arcam illam quae separat Vilarinum a Real, unde per valum quod vocatur Tulum usque ad Scaberium quomodo vadit per Penellas unde ad mamulam illam quae dividit cum villa Donega a predicto monasterio villa Sancti Verissimi dividit cum villa Donega usque ad villam Ponteliae sicut intrat in Cavadam quomodo vadit per venam ipsius fluminis Cavadi usque ad illum locum unde primitus incobavimus"*¹¹.

Num diploma do Mosteiro de Vilar de Frades, de 1479, publicado por José Marques, explicitam-se de novo estes limites, num ou noutro caso fornecendo-se pormenores complementares, e indicando-se o local onde tinham sido colocados vários padrões do Couto. Segundo o documento quatrocentista, os limites do Couto de S. Martinho de Manhente eram os seguintes:

"Primeyramente começando no rio Cadavo (sic) onde se chama Pegoo do Nigro e d'hii se vay aa archa do monte do Boy honde esta huum padrom de pedra assy como vay ataa o moyinho da Fradega. E dally se vay polla bouça que aparta Riall de Villarinho ataa o valo que se chama do Talho em o qual esta outro padrom do dicto couto. E daly se vay per o vallo d'Esqueyro. E dally a Panellas honde esta huum penedo que tem huua cruz que marca o dicto couto. E daly se vay per a cassa de Jobam de Trelafonte

⁹ "Ego Alfonsus iam praefatus tibi Gonmiensis Ramires hanc cartam in castro Fariae et hoc in presentia matris mea" (DMP, DR 86bis).

¹⁰ DMP, DR, vol. I, tomo 2, nota crítica, p. 786.

¹¹ DMP, DR, I, 86 bis. A mais antiga versão desta carta de Couto foi publicada por José Marques em "A extinção do Mosteiro de Manhente", *Barcellos Revista*, vol. 2, nº 2, Barcelos, 1985, Doc. 1, pp. 15-16. Teotónio da Fonseca apresenta uma tradução deficiente desta passagem (cf. Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado*, Barcelos, 1948, (2ª ed., facsimilada, Barcelos, 1987), p. 290).

*onde esta outro padrom assy como se vay aa mamoa que parte Villa d'Onega que se ora chama Gallegos do dicto couto assy como parte ha freguesia de Sam Vereximo que he no dicto couto. E da dicta mamoa vay ataa o rio de Pontelhe onde se chama o Poço Cavallar. E d'hii per o rio a fundo ataa entrar no dicto rio Cadavo. E des i per meo d'auaa (sic) do dicto Cadavo acima ataa honde se chama Peeço Nigro honde se começou."*¹²

Conjugando as informações contidas nos dois documentos é possível reconstituir com alguma segurança os limites deste espaço. Ele começava no local onde o rio Cávado era designado Negro (*Niger*) ou Pego Negro, que julgamos corresponder a um troço do Cávado junto da actual Ribeira das Valinhas, afluente da sua margem Norte, junto da qual se encontra o Monte dos Bois (*Montis Bovini*), onde estava uma "arca" (uma sepultura escavada na rocha? uma cista? uma mamoa?). Mais tarde colocou-se ali um padrão, ignorado em 1128 mas referido em 1479. Passava depois pela bouça que separava *Vilarinum* (hoje Vilarinho) e Real (hoje Real). As referências seguintes são mais difíceis de acompanhar, mas elas situam-se todas nas imediações de St^a. Maria de Galegos, na altura conhecida como *villa Donega*. A casa de *Joham Trelafonte*, referida no documento do último quartel do Séc. XV, devia erguer-se no local hoje conhecido como *Traz da Fonte*. A *villam Ponteliae* corresponde hoje a Pontes, junto da Ribeira das Pontes, outro afluente do Cávado, que marcava os limites ocidentais do Couto do mosteiro. A partir da foz deste ribeiro, os limites do couto acompanhavam o curso do Cávado até ao Pego do Negro, onde se começara a delimitação. Assim, podemos dizer que o Couto do Mosteiro de S. Martinho de Manhente estendia-se entre a Ribeira das Pontes e a Ribeira de Valinhas, na margem norte do Rio de Cávado, abrangendo a actual freguesia de S. Martinho de Manhente e parte das freguesias de St^a. Maria de Galegos e de S. Veríssimo de Tamel. Um couto não demasiado extenso mas que abrangia terras de elevado potencial agrícola.

Entre o diploma de 1128 e a descrição de 1479 detectamos uma diferença substancial: no documento do Séc. XII não se referem marcos ou padrões, sendo o espaço delimitado com recurso a elementos da paisagem. Mas no documento quatrocentista eles já são clara e cuidadosamente registados. Quando não havia acidente da paisagem que pudesse ser

¹² Cf. José Marques, "A extinção do Mosteiro de Manhente", *Barcellos Revista*, vol. 2, nº 2, Barcelos, 1985, p. 13.

utilizado para delimitar o espaço do Couto foram referidos padrões e, num caso, uma cruz gravada num penedo¹³. Estes padrões devem ter sido colocados pouco depois de ter sido outorgada a carta de couto e já antes de 1479 encontramos referências a eles. Com efeito, quando no reinado de D. Afonso IV surgiu uma questão em torno das jurisdições do Mosteiro sobre o seu Couto, ela foi julgada a favor dos monges, tendo sido reconhecido que o Mosteiro de Manhente detinha "o dicto couto por seu per gran tempo per marcos e divisões"¹⁴.

Depois do diploma de 1128, a referência documental seguinte encontra-se exarada no Liber Fidei, onde se copiou o testamento, infelizmente não datado, de D. Rodrigo Gomes, o qual se manda enterrar em S. Martinho de Manhente: "*In primis mando corpus meum sepeliri in Sancto Martino de Maniente et mando ibi dare tres kasales...*"¹⁵. É provável que este D. Rodrigo Gomes, que estava visivelmente arrependido das violências praticadas contra a Igreja¹⁶, fosse um parente de D. Gomes Ramires, a quem foi outorgada a carta de couto acima referida.

O Mosteiro de S. Martinho de Manhente, que se regia pela Regra de S. Bento, continua a ser mencionado nas Inquirições do Séc. XIII (1220 e 1258), no Catálogo de 1320-21 (onde surge taxado com 20 libras), em 1371 e em 1400¹⁷. Segundo Teotónio da Fonseca a sua secularização teria ocorrido três anos mais tarde, em 1403¹⁸, um erro repetido em diversos estu-

¹³ Há vários casos de coutos monásticos que tinham o seu espaço delimitado com cruces gravadas em penedos. Em breve iremos dedicar a nossa atenção a um desses exemplos - a Cruz do lugar das Marcas, relacionada com o Couto do Mosteiro de St^o. Tirso. Nesse estudo apresentaremos outros exemplos de coutos monásticos que tinham cruces rupestres a delimitar o seu espaço.

¹⁴ Cf. *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. I, Lisboa, 1990, doc. 378, pp. 390-392. Trata-se, infelizmente, de um diploma onde a data não foi integralmente exarada. No adro da Igreja de Manhente encontra-se um desses marcos medievais - um monólito de secção quadrangular, decorado com uma cruz de braços curvos inserta em círculo no topo e numa das suas faces. No Museu Arqueológico de Barcelos conserva-se outro símbolo da autonomia jurisdicional do Couto de Manhente - a "mesa judicial" do Couto de Manhente, uma mesa de granito, rectangular e chanfrada, que recorda outros exemplares do Entre-Douro-e-Minho (cf. Carlos A. Brochado de Almeida, Cláudia Milhazes e João Viana Antunes, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Barcelos, 1991, p. 109).

¹⁵ Pe. Avelino de Jesus da Costa, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, vol. II, Braga, 1978, doc. 319 (= LF 319).

¹⁶ "*Et mando et rogo ut mater mea et omnes mei parentes vadant ad pedes archiepiscopi et osculent eos et petant ab eo misericordiam ut me per suam piissimam misericordiam absolvere dignetur.*" (LF 319).

¹⁷ Tudo referências coligidas por Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, vol. II, Braga, 1959, p. 165.

¹⁸ Cf. Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado*, vol. I, Barcelos, 1948, p. 289 (2^a ed., facsimilada, Barcelos, 1987); José Marques, "O Estado dos Mosteiros Beneditinos da Arquidiocese de Braga, no século XV", separata de *Bracara Augusta*, vol. XXXV, Braga, 1981, p. 8.

dos. No entanto, e como José Marques teve oportunidade de demonstrar, o Mosteiro de Manhente foi extinto três anos antes, a 11 de Setembro de 1400¹⁹, tendo sido anexado por D. Fernando da Guerra ao Mosteiro de Vilar de Frades a 11 de Junho de 1454²⁰.

Estes são os elementos históricos que se podem retirar da documentação publicada. Como vemos, a história do Mosteiro de Manhente confronta-se com prolongados silêncios da documentação escrita. Mas, em contrapartida, os testemunhos materiais são bastante eloquentes. Com efeito, temos vestígios seguros de que em Manhente existiu uma estrutura arquitectónica anterior ao Séc. XII, que classificaríamos dentro do Pré-Românico, que foi profundamente alterada com a reforma românica. Dessa primeira fase restam algumas pedras trabalhadas que se encontram reaproveitadas, fora de contexto, nas paredes da Capela-Mor. Na parede Leste encontramos dois silhares pré-românicos: um corresponde à parte superior de um pequeno nicho, com uma moldura toreada e coroado por uma cruz grega pátea; o outro, colocado por baixo do anterior, apresenta três círculos esculpidos, dois encerrando pentalfas e um terceiro com um motivo floral hexafólio (Fig. 1). Na parede Sul da Capela-Mor encontramos um silhar com um óculo, igualmente deslocado de contexto, que pode remontar a esta fase.

Associáveis a este templo pré-românico encontram-se alguns materiais de natureza funerária que já tivemos ensejo de estudar em 1987. Entre eles conta-se um enorme sarcófago que hoje se encontra depositado no Museu Arqueológico de Barcelos, sem a sua tampa²¹. Este sarcófago apresenta-se ornamentado com grandes cruces gregas (nos topos) e com cruces gregas e arcos peraltados (nos laterais), tudo motivos tratados num relevo muito plano. A sua cavidade feral adopta uma solução de antropomorfismo incipiente, com pequenas "almofadas" laterais para apoio do crânio que se desprendem muito pouco do fundo do moimento. Todas estas características revelam que se trata de um arcaz do Séc. XI, portanto anterior à refor-

¹⁹ Cf. José Marques, "A extinção do Mosteiro de Manhente", *Barcellos Revista*, vol. 2, nº 2, Barcelos, 1985, p. 10 e ss. O diploma da extinção canónica do Mosteiro de Manhente foi publicado na íntegra por este autor - cf. op. cit., Doc. nº 2, pp. 19-23.

²⁰ Cf. José Marques, "A extinção do Mosteiro de Manhente", *Barcellos Revista*, vol. 2, nº 2, Barcelos, 1985, p. 9; José Marques, "O Estado dos Mosteiros Beneditinos da Arquidiocese de Braga, no século XV", separata de *Bracara Augusta*, vol. XXXV, Braga, 1981, p. 8.

²¹ Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Porto, 1987, p. 202; Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado*, vol. I, Barcelos, 1948 (2ª ed., fac-similada, Barcelos 1987), p. 207; Carlos Alberto Brochado de Almeida, Cláudia Milhazes e João Viana Antunes, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Barcelos, 1991, p. 71.

ma românica de Manhente. Nas ruínas da Igreja Velha de Mondim (Panque, Barcelos) apareceram sarcófagos com afinidades tão estreitas com este exemplar de Manhente que sugerem que estamos perante a produção de um pequeno atelier local²². Para além deste notável sarcófago, no adro da Igreja de Manhente conservavam-se, em 1987, dois fragmentos de uma tampa em estola, epigrafada, que entretanto desapareceram e que, tanto quanto sabemos, foram recolhidos numa quinta particular das imediações da igreja²³.

A reforma românica de Manhente, que conduziu a uma reconstrução integral do templo, encontra-se particularmente bem caracterizada do ponto de vista cronológico. Com efeito, nas paredes do templo actual conservam-se duas inscrições que nos permitem entrever o ritmo dos trabalhos.

A mais conhecida encontra-se embutida junto da ombreira direita do Portal Ocidental e foi publicada por numerosos autores. Remonta ao ano de 1117 (Era de 1155) e consagra o nome de Mestre Gonçalo como o arquitecto responsável por este templo²⁴:

MAGISTER / GUNDISALVUS FECIT / IN ERA : M : C : 2 : / V : XOS
LECTO [...]

A leitura desta inscrição, que foi avivada em época posterior, não oferece grandes dificuldades. Apenas a expressão final - "XOS LECTO ..." - tem suscitado algumas dúvidas. Julgamos, no entanto, que originalmente a inscrição diria "VOS LECTO(r...)", aplicando, portanto, uma usual fórmula de apelo à oração. Quando a inscrição foi avivada o V (de "VOS") foi incorrectamente interpretado, tendo sido convertido num X. Note-se que a metade superior do X (correspondendo portanto ao desenho de um V) ocupa toda a altura das restantes letras dessa regra, e que a metade

²² Cf. Mário Jorge Barroca, "Um templo pré-românico - A Igreja Velha de Mondim (Panque, Barcelos)", *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2ª Série, vol. III, Porto, 1986, pp. 277-288.

²³ Cf. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minbo* (Séc. V a XV), Porto, 1987, p. 243.

²⁴ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de Doutoramento, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. Nº 56, pp. 156-158; Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado*, vol. I, Barcelos, 1948 (2ª ed., facsimilada, 1987), p. 292; José Maria Cordeiro de Sousa, "Inscrições dos Séculos VIII a XII existentes em Portugal", *Ethnos*, vol. III, Lisboa, 1948, Insc. nº 37; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "Primeiras Impressões da Arquitectura Românica Portuguesa", *Revista da Faculdade de Letras - História*, vol. II, Porto, 1972, p. 25, nota 10; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minbo*, diss. de Doutoramento, vol. II, Porto, 1978, p. 61-62; Gerhard Graf, *Portugal Roman*, vol. II, Yonne, 1986, p. 289.

inferior desse X, depois do cruzamento das hastes, foi gravada abaixo do corpo das letras dessa regra. Parece claro, portanto, que houve uma deficiente interpretação desta letra quando se procedeu ao avivamento destas letras. A inscrição já devia estar muito delida e a parte final do letreiro, apelando à oração, já nem sequer foi avivada.

A segunda inscrição, muito menos conhecida, encontra-se reaproveitada junto do beiral do telhado da nave central, na parede voltada a Norte. É flagrante que a inscrição se encontra fora de contexto e que foi ali colocada durante obras modernas de alteamento da cota de telhado. Dada a sua localização, ela passou despercebida a quase todos os autores, tendo sido apenas referida por Carlos Alberto Ferreira de Almeida²⁵ e publicada por nós²⁶. Se a sua data estiver completa remonta ao ano de 1123 (Era de 1161) e diz:

[per]FECTA EST EC(c)L(es)IA / ISTA AB ADEFONSO [-] / IN ERA T C 2 XI

Conjugando as informações contidas nestas duas inscrições podemos dizer que Mestre Gonçalo foi o arquitecto da reforma românica de Manhente, cujas obras se devem ter iniciado em 1117 e que estavam concluídas em 1123 ou em [1123-1131]²⁷, quando a igreja foi declarada "perfecta", ou seja, concluída. Manhente pode, assim, orgulhar-se de ser um dos exemplos da nossa arquitectura românica mais bem caracterizado do ponto de vista cronológico.

Os vestígios românicos de Manhente atraíram a atenção dos mais prestigiados investigadores do nosso Românico, pelo que nos dispensamos de os tratar aqui com exaustividade²⁸. É justamente célebre a arcada ocidental,

²⁵ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, vol. 3 da "História da Arte em Portugal", Lisboa, Edições Alfa, 1986, p. 68.

²⁶ Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de Doutoramento, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. Nº 60, pp. 163-164.

²⁷ Se tomarmos a Era de 1161 como completa, a inscrição corresponderá ao ano de 1123. No entanto, como há espaço suficiente para ter sido gravado outro numeral, podemos admitir que a Era fosse, numa situação extrema, correspondente a 1169 (faltando, portanto, um X), isto é, A.D. 1131. Desta forma, a data desta inscrição, se não corresponder a 1123, oscilará forçosamente entre este ano e o de 1131.

²⁸ Sobre o Românico de Manhente vd. Joaquim de Vasconcelos, *Arte Românica em Portugal*, Porto, 1918, p. 7-8 (reed. facsimilada, Lisboa, 1992); Artur Nobre de Gusmão, *O Românico Português do Noroeste. Alguns motivos geométricos na escultura decorativa*, Lisboa, Vega, 1992 (1ª ed., 1961); Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minbo*, vol. II, Porto, 1978, pp. 233-234; Gerhard Graf, *Portugal Roman*, vol. 2, Yonne, 1987, pp. 289-293; Jorge Rodrigues, "A Arquitectura Românica", *História da Arte em Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 234; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *O Românico*, vol. I da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 100.



Fig. 1 - Pedras altimedievicas reaproveitadas na parede Leste da capela-mor de Manhente.



Fig. 2 - Fragmento de lintel românico, avulso.

ainda levemente ultrapassada, com as suas quatro arquivoltas escalonadas e decoradas, onde encontramos alguns dos motivos mais característicos do Românico de Rates-Braga: na primeira arquivolta o tema das fitas dobradas; na segunda motivos florais associados a bilhetes; na terceira o motivo cordiforme formando arcos quebrados interligados; e na quarta, a mais interior de todas, o tema das pontas de lança. As impostas deste portal, com o tema cordiforme ou dos corações invertidos, prolongam-se por um friso que abraça toda a fachada ocidental. Este portal apresenta evidentes afinidades com outras realizações românicas do Entre-Douro-e-Minho sensivelmente contemporâneas, como é o caso da fachada do Mosteiro (então beneditino) de St^a. Maria das Júnias, datável de c. 1147, onde voltamos a encontrar as fitas dobradas e as pontas de lança (nas arquivoltas) e o tema cordiforme ou dos corações invertidos (no friso e nas impostas).

Entre as ruínas de Manhente encontram-se igualmente várias pedras esculpidas, umas avulsas, outras reaproveitadas em muros mais recentes, que podem ser associadas a esta fábrica românica. Entre elas conta-se um fragmento de um lintel ou de uma pilastra, em granito, onde podemos ver a parte central do tema das duas serpentes enleadas, cujos protótipos se encontram em S. Pedro de Coimbra e, por influência deste templo, em S. Pedro de Rates (Fig. 2). Salientemos, ainda, a presença de duas impostas de aspecto arcaico, ornamentadas com bilhetes (Fig. 3 e 4). Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida sublinhou, as impostas mais antigas do nosso primeiro românico revelaram uma grande predilecção pelo tema dos bilhetes²⁹. Eles surgem, entre outros casos, na Sé de Braga e em S. Pedro de Rates, em Coucieiro³⁰, em Vilar de Frades e em St^a. Maria das Júnias³¹. O exemplo de Vilar de Frades é particularmente interessante pela vizinhança geográfica - Manhente e Areias de Vilar encontram-se separadas apenas pelo Cávado - e pelas afinidades que uniam os dois monumentos. A História haveria, de resto, de unir as duas casas monásticas, colocando

²⁹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minbo*, vol. II, Porto, 1978, p. 125.

³⁰ Os vestígios de Coucieiro podem ser datados, por via epigráfica, de 1128 - cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N^o 63, pp. 168-170.

³¹ Os vestígios românicos de St^a. Maria das Júnias, de filiação beneditina, podem ser datados, por via epigráfica, de 1147 - cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N^o 86, pp. 219-221. O Mosteiro aderiu, um século mais tarde, em 1247, à Ordem de Cister (vd. Mário Jorge Barroca, "Mosteiro de Santa Maria das Júnias. Notas para o estudo da sua evolução arquitectónica", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II^a Série, vol. XI, Porto, 1994, pp. 417-443).



Fig. 3 - Imposta decorada com bilhetes, avulsa.

676



Fig. 4 - Estrutura anexa à Torre de Manhente. Imposta decorada com bilhetes reaproveitada em muros erguidos no Séc. XIV.

Manhente na dependência de Vilar de Frades. Para além de todos estes elementos arquitectónicos, Manuel Real registou ainda a existência de um fragmento de um tímpano de laçarias, que em 1974 estava na posse do Pároco de Manhente³², e cujo paradeiro desconhecemos. Todos estes elementos apontam para uma importante reforma românica ocorrida nas primeiras décadas do Séc. XII, o que está em perfeita sintonia com os elementos cronológicos facultados pelas duas inscrições que já aludimos.

À semelhança do que acontece com o templo pré-românico, também há alguns testemunhos funerários que se podem associar ao período em que o edifício românico esteve ao culto. Para além de um arcosólio, rasgado na espessura da parede Sul da igreja³³, salientemos um fragmento de uma tampa de sepultura onde se esculpíram os principais atributos da Nobreza - uma espada, uma lança e um cavalo com sela "francesa" ou de arções elevados. Estes objectos, representados de forma aleatória, sem articulação entre si, pretendiam revelar o estatuto social de quem ali fora enterrado³⁴.

Anexa à Igreja de S. Martinho de Manhente, a Sudoeste do templo, ergue-se uma imponente torre. Nas palavras de Teotónio da Fonseca, "*ao lado direito do templo, separada deste pelo adro, levanta-se a velha torre fortaleza, ameada, de dois andares, vendo-se ainda interiormente as mísulas onde assentavam as traves dos pavimentos. Tem esta torre cinco janelas e no ângulo junto à fachada do templo uma porta que parece que dava comunicação com este. Exteriormente há naquela torre indícios de estar ligada com a igreja e vestígios de outras construções hoje desaparecidas.*"³⁵

São precisamente estes "vestígios de outras construções" que nos interessam. Articulados com a face Sul da Torre, arrancando das suas esquinas, encontram-se dois muros, hoje parcialmente arruinados. Eles definiam um compartimento sub-rectangular que tinha, assim, uma largura idêntica à da Torre. Este edifício era servido por pelo menos duas portas, que foram rasgadas em cada um dos muros que arrancam da Torre, junto a esta, alinhadas no mesmo enfiamento. A julgar pela tipologia dessas por-

³² Manuel Luís Real, *A Arte Românica de Coimbra (Novos dados - Novas hipóteses)*, vol. I, Porto, 1974, p. 123.

³³ Cf. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minbo (Séc. V a XV)*, Porto, 1987, p. 445.

³⁴ Cf. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minbo (Séc. V a XV)*, Porto, 1987, p. 413; *Românico em Portugal e Galiza*, Lisboa-La Coruña, FCG-FPBM, 2001, Nº 38, p. 155.

³⁵ Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado*, vol. I, Barcelos, 1948 (2ª ed., fac-similada, 1987), p. 291.

tas, estas paredes terão sido erguidas durante a Baixa Idade Média. Com efeito, a porta da parede Leste apresenta na face externa um arco quebrado com esquina chanfrada (Fig. 5). O recurso ao chanfro prolonga-se na vertical, pelas duas ombreiras da porta. Vista pelo lado de dentro, a porta apresenta um vão com arco abatido. Esta tipologia de porta já se documenta no último quartel do Séc. XIII mas é sobretudo característica do Séc. XIV. Acrescentemos que os silhares das paredes onde estas portas foram criadas (a parede Leste e a parede Oeste) apresentam siglas de pedreiro, o que aponta para a mesma cronologia. Desta forma podemos assumir que estas paredes terão sido construídas provavelmente no Séc. XIV, isto é, quando o Mosteiro de Manhente ainda estava a funcionar.

Na parede oposta, voltada a Oeste, em posição similar, encontra-se uma outra porta que nos interessa particularmente. Trata-se de uma porta que apresenta um vão exactamente igual ao da primeira, com arco quebrado e com uso do chanfro (Fig. 6). Até aqui nada de novo. No entanto, há uma série de pormenores e de interrogações que esta porta nos colocou e que nos levaram a meditar um pouco sobre ela.

678

O primeiro aspecto que importa sublinhar é o facto da aduela de fecho deste arco apresentar, em relevo, uma cruz grega pátea dotada de pé-alto, cuja base foi parcialmente truncada quando se alterou o intradorso do arco, transformando-o num arco quebrado. A tipologia desta cruz foi o primeiro pormenor que nos chamou a atenção em todo este conjunto. Com efeito, surpreendeu-nos a presença de uma cruz grega pátea coroando o vão de uma porta aparentemente erguida no Séc. XIII ou XIV. Como se sabe, as cruzes gregas páteas (ou seja, cruzes cujos braços vão aumentando de largura à medida que se afastam do centro) são sobretudo características do período pré-românico, inspirando-se em peças de ourivesaria cujo protótipo principal é a Cruz de los Angeles, oferecida por Afonso II das Astúrias à Catedral de Oviedo, em 808. No Séc. XIII ou XIV, quando esta parede foi erguida, o modelo de cruz que estava em voga entre nós era muito distinto. Dominavam então as cruzes latinas não páteas (ou seja, cruzes com os braços de largura uniforme) e rematadas em flor-de-lis. O nosso mais conhecido protótipo é a Cruz de ouro de D. Sancho I, criada em 1214 em cumprimento das disposições testamentárias do monarca falecido em 1211. Ora, se um pedreiro do Séc. XIII ou XIV tivesse de esculpir uma cruz, certamente recorreria a uma cruz deste tipo ou, quando muito, a uma cruz de tipologia semelhante à das que coroavam as



Fig. 5 - Estrutura anexa à Torre de Manhente. Porta da parede Leste, criada no Séc. XIV.



Fig. 6 - Estrutura anexa à Torre de Manhente. Porta da parede Oeste, criada no Séc. XIV e reaproveitando aduelas de arco pré-românico.

empenas dos nossos templos góticos, também muitas vezes flordelizadas. Dificilmente se lembraria de ir buscar uma tipologia de cruz que tinha estado em voga dois ou três séculos atrás.

O segundo aspecto que nos despertou a atenção foi o facto de, iconograficamente, esta porta revelar uma carga simbólica demasiado importante para o local onde se encontra. O que justificaria a presença desta cruz sobre uma porta que, no conjunto monástico, tinha uma implantação relativamente secundária e periférica?

O terceiro pormenor que ressalta quando se analisa esta porta com um pouco mais de atenção é o facto das suas aduelas terem um perfil totalmente distinto das aduelas que compõem a outra porta do Séc. XIII ou XIV (que seria, aparentemente, coeva desta). Com efeito, as suas aduelas são muito mais estreitas e profundas, adoptando uma tipologia muito pouco usual nas centúrias em que estas paredes terão sido construídas. Basta comparar com as aduelas da primeira porta, criadas no Séc. XIII ou XIV, para se ver como o contraste é flagrante. Na porta da parede Leste encontramos um arco composto por cinco aduelas, pouco profundas mas muito largas (Fig. 5). Pelo contrário, na parede Oeste, para se obter um arco de vão idêntico, foram utilizadas dez aduelas (Fig. 6). O que teria levado um pedreiro do Séc. XIII ou XIV a criar, numa mesma ocasião, duas portas com o mesmo vão mas com aduelas de desenho tão distinto?

O quarto pormenor que deve ser valorizado é o facto do extradorso das aduelas da porta Oeste ter um contorno totalmente diferente do seu intradorso. Enquanto que, como vimos, o intradorso corresponde a um arco quebrado, o extradorso apresenta (actualmente) o contorno de um arco de volta perfeita. Ora, como se sabe, o normal é que as linhas de extradorso e intradorso das aduelas sejam paralelas.

Um quinto e último pormenor deve ser tido em conta: o facto das duas primeiras aduelas de arranque do arco - as aduelas que se apoiam directamente nas ombreiras da porta - apresentarem características muito distintas das restantes aduelas. Com efeito, para se obter a profundidade das restantes aduelas foram colocadas duas pedras em cada lado. Por outro lado, a linha do extradorso destas primeiras aduelas revela algum divórcio em relação às restantes aduelas, o que é particularmente sensível no lado direito. Por fim, as quatro pedras que formam estas duas primeiras aduelas revelam um acabamento distinto das restantes aduelas do arco, aproximando-se, neste aspecto, das aduelas da porta da parede Leste, criadas no Séc. XIII ou XIV.

O que significam todas estas anomalias? O que justifica que duas portas, criadas aparentemente numa mesma ocasião, ostentem características tão distintas? Julgamos que só há uma resposta capaz de satisfazer todas as interrogações - o facto de estarmos perante as aduelas de uma porta muito mais antiga que foram reaproveitadas na nova construção. Como esta porta se situava numa zona periférica do conjunto arquitectónico o pedreiro não viu grande inconveniente em reutilizar as velhas pedras disponíveis. Neste aspecto, julgamos que é significativo que não tenha reutilizado as pedras na porta voltada a Leste, que dava para o interior do conjunto monástico, mas que tenha optado pela porta Oeste. Mas, ainda assim, teve o cuidado de disfarçar as diferenças estruturais que separavam as duas portas. Foi por isso que se deu ao trabalho de corrigir o perfil do intradorso das aduelas da porta Oeste, recriando um vão com arco quebrado semelhante ao da porta da parede Leste. Para desenhar o contorno deste arco quebrado o pedreiro utilizou dois centros distintos: o ponto B (da Fig. 7) para desenhar o arco das aduelas do lado direito; e o ponto C (da Fig. 7) para desenhar o arco das aduelas do lado esquerdo. Como se vê, o plano onde se situam os dois centros do arco quebrado não coincide com o plano onde se situa o centro do arco do extradorso (Fig. 7, ponto A). Mas, significativamente, o plano onde se situam os dois centros do arco quebrado coincide com a linha de limite inferior do arco na sua actual organização (Fig. 7, linha 3-4), como era norma. Isto é, a linha que passa pelos dois centros do arco quebrado coincide com o limite inferior das aduelas e com o arranque das ombreiras da porta. Este pormenor é importante, porque revela como o desenho do arco quebrado é coevo da criação desta porta, tendo sido estabelecido tendo em atenção a cota do arranque das ombreiras. Estamos, por isso, perante as aduelas de um arco antigo que foram reaproveitadas numa nova construção, tendo sido corrigidas e adaptadas. A presença da cruz grega pátea, tão arcaica, encontra-se, portanto, explicada: ela pertencia a uma porta que fora criada para o velho mosteiro e que teria aí, seguramente, um valor simbólico muito maior. Quando as aduelas foram reaproveitadas na nova porta a cruz ficou nela incorporada, embora já esvaziada de significado.

Mas, por que motivo o pedreiro não aproveitou as duas primeiras aduelas do arco? A resposta também se torna clara quando se analisa a reconstituição do primitivo arco, que ensaiamos a partir dos elementos sobreviventes (Fig. 7). Com efeito, procedemos ao levantamento das aduelas pro-

venientes do desaparecido arco e, a partir da sua linha de extradorso calculámos o centro geométrico deste arco (Fig. 7, ponto A). Como se pode verificar, o centro fica acima da actual linha das impostas (Fig. 7, linha 3-4). Mas a linha correspondente ao semi-círculo (Fig. 7, linha 1-2) também não coincide com o limite inferior das oito aduelas sobreviventes que, sublinhe-se, não apresentam uma linha inferior horizontal. Este pequeno divórcio que se detecta entre a linha inferior das duas primeiras aduelas originais sobreviventes e a linha do semi-círculo (Fig. 7, linha 1-2) é de crucial importância. Ele revela que a primeira e a última aduela que sobrevivem do primitivo arco não eram as suas primeiras aduelas: faltam duas aduelas que, essas sim, estabeleciam a transição para o plano horizontal das impostas. Faltam, portanto, aquilo a que os ingleses chama as *springer stones*. Ora, tendo em atenção o centro geométrico do arco, determinado pela linha de extradorso, podemos assegurar que, com as duas pedras hoje ausentes, este arco seria, indubitavelmente, um arco ultrapassado. Com efeito, seria impossível que as aduelas que faltam fossem tão finas que se quedassem pelo semi-círculo. E é precisamente por isso que faltam as duas primeiras aduelas do velho arco, que, como vimos, foram substituídas por novas pedras (duas de cada lado). É que estas aduelas eram as que mais acentuavam o perfil ultrapassado do nosso arco e, por isso, o pedreiro preferiu eliminar as aduelas que se encontravam abaixo da linha correspondente ao centro geométrico do arco. Neste aspecto, o arco de Manhente deve ser colocado em paralelo com o arco do portal Norte de San Martiño de Mondoñedo (Lugo). Com efeito, tal como demonstrou Manuel Nuñez Rodriguez, o arco de Mondoñedo era originalmente um arco ultrapassado, composto por quinze aduelas. Aquando da reforma românica do templo monástico de Mondoñedo, onze das suas aduelas foram reaproveitadas num portal com arco de volta perfeita, tendo sido eliminadas as duas primeiras aduelas de cada lado do arco - umas aduelas estreitas e profundas que fechavam o arco para além do semi-círculo. No lado Sul do templo verificou-se uma situação semelhante, com as aduelas pré-românicas a serem parcialmente reaproveitadas na criação de uma porta românica³⁶. O procedimento do pedreiro de Manhente não constitui, por isso, um caso isolado.

³⁶ Cf. Manuel Nuñez Rodriguez, *Arquitectura Prerrománica, vol. 2 da Historia da Arquitectura Galega*, COAG, 1978, pp. 242-243.

Qual seria, então, a configuração das aduelas em falta? Quedar-se-iam pela actual linha de arranque do arco (Fig. 7, linha 3-4)? Não o cremos. É certo que com a actual cota de arranque do arco, ele já seria levemente ultrapassado. Mas, se assim fosse, não havia motivo para que o pedreiro as tivesse substituído. Teria, naturalmente, feito o que fez com as restantes pedras - corrigido apenas a linha do intradorso, transformando-o num arco quebrado. De resto, se atendermos à morfologia das restantes aduelas, julgamos que essas duas primeiras aduelas deveriam ser um pouco mais largas, não se quedando pela linha 3-4, o que acentuava o perfil ultrapassado do nosso arco. Na Fig. 7 apresentamos duas propostas de reconstituição do primitivo arco de Manhente. A primeira adoptando um ultrapassamento de $1/2$ raio, o chamado "padrão clássico cordovês", utilizado em diversos monumentos moçárabes e muçulmanos (Fig. 7, linha 5-6). A segunda, adoptando um ultrapassamento de $2/3$ do raio, o padrão utilizado, por exemplo, em San Miguel de Celanova e em San Miguel de Escalada³⁷. Julgamos que a configuração original do arco de Manhente se situaria entre estes dois valores, talvez mais próximo do segundo do que do primeiro.

Para terminar, resta abordar dois dos aspectos mais difíceis de resolver: a primitiva função do arco de Manhente e a sua cronologia. Em primeiro lugar não podemos deixar de sublinhar a extraordinária qualidade técnica e plástica que este arco ostenta. As aduelas que chegaram até hoje revelam uma surpreendente mestria no trabalho da pedra, espelhando a mão de pedreiro experiente. Em termos de qualidade técnica, elas ombreiam com o que de melhor se construiu no Noroeste Peninsular e no Norte de Portugal no âmbito da Arte Pré-Românica, podendo ser colocadas ao lado de S. Frutuoso de Montélios ou do arco moçárabe do Convento de St^a. Marinha da Costa. A cruz que coroava o primitivo arco, que foi respeitada pelos pedreiros do Séc. XIV, pode ajudar-nos a compreender um pouco melhor o motivo por que esta porta ostentava uma tão grande qualidade. Com efeito, julgamos que ela devia assinalar o acesso a um espaço de grande valor simbólico, sem dúvida um espaço sagrado. Só assim se compreende a presença da cruz. A dimensão do arco parece, no entanto, ser demasiado modesta para se pensar que ele seja proveniente do portal ocidental do primitivo templo monástico ou de um eventual *narthex* que o

³⁷ Em Santiago de Peñalba o ultrapassamento é ainda mais acentuado, chegando aos $4/5$ do raio.

antecedesse. Poder-se-ia pensar numa porta lateral, talvez a que era utilizada pela comunidade monástica para aceder ao seu interior. Mas não devemos deixar de equacionar a possibilidade de ele corresponder ao arco triunfal do primitivo cenóbio³⁸. E aqui cabe invocar o mais estreito paralelo que conhecemos para estas aduelas: o arco triunfal da pequena capela moçárabe de San Miguel de Celanova³⁹. Com efeito, as aduelas de Manhente evocam irresistivelmente as aduelas do arco triunfal de Celanova, nas suas proporções e até no seu número. Em Celanova temos um arco composto por doze aduelas, em Manhente teríamos um arco com dez aduelas. Mas é sobretudo na profundidade das suas aduelas que o arco de Manhente encontra um estreito paralelismo com o arco triunfal de San Miguel de Celanova. É necessário, no entanto, salvaguardar que há dois elementos estruturais que se detectam em Celanova e que, aparentemente, não surgem em Manhente: a presença do alfiz e o facto de, em Celanova, termos um arco de duplo centro⁴⁰. Em Manhente não temos documentada a presença do alfiz. Mas isso não significa que esse enquadramento, tão característico da arquitectura moçárabe, não tenha existido. Como se sabe, a moldura do alfiz era constituída por pequenas pedras longitudinais que eram, por regra, autónomas das aduelas dos arcos (até porque o alfiz era uma moldura em relevo, obrigando a que as suas pedras ficassem mais saídas que os restantes elementos do muro)⁴¹. Assim, se essa moldura existisse em Manhente, ela certamente não seria reaproveitada no Séc. XIV. Quanto ao duplo centro, que se detecta em Celanova e noutros monumentos⁴², não temos elementos suficientes para determinar a sua utilização em Manhente, uma vez que não possuímos a linha de intradorso

³⁸ Na Igreja de San Juan de Baños (Palencia) tanto o arco ocidental como o arco triunfal apresentam a aduela de fecho ornamentada com uma cruz grega pátea.

³⁹ Sobre San Miguel de Celanova veja-se, entre outros, D. Manuel Gomez Moreno, *Iglesias Mozárabes. Arte español de los siglos IX al XI*, Madrid, 1919 (reed. facsimilada, Granada, 1998), pp. 239-250; Jacques Fontaine, *L'Art Mozarabe*, vol. II de *L'art Préroman Hispanique*, Yonne, 1977, pp. 144-146; Manuel Nuñez Rodriguez, *Arquitectura Prerrománica*, vol. 2 da *Historia da Arquitectura Galega*, COAG, 1978, pp. 256-273.

⁴⁰ Com efeito, o traçado do arco triunfal de Celanova denuncia a utilização de dois centros: um utilizado para desenhar a linha do extradorso das aduelas e outro, um pouco a baixo, utilizado para desenhar a linha do intradorso. A este propósito veja-se Manuel Nuñez Rodriguez, *Arquitectura Prerrománica*, COAG, 1978, p. 269-270.

⁴¹ Para além de San Miguel de Celanova, veja-se, por exemplo, San Martiño de Pazó (Orense), San Miguel de Escalada (León) ou Santiago de Peñalba. Em todos estes casos o alfiz é uma moldura em relevo, constituída por pedras autónomas que se destacam da superfície dos muros.

⁴² Por exemplo, em Santiago de Peñalba e em San Martiño de Mondoñedo.

original. De resto, devemos sublinhar que as faces laterais das aduelas de Manhente não convergem para um ponto único, mas para vários, o que nos impede de determinar se a linha de intradorso foi traçada a partir do mesmo centro ou se, à semelhança do que acontece em San Miguel de Celanova e noutros monumentos, utilizou um novo centro, levemente rebaixado. Por isso, não podemos assegurar a sua utilização em Manhente. Por tudo isto, somos obrigados a reconhecer que as semelhanças entre o arco de Celanova e o de Manhente se resumem à simples aparência e proporção das aduelas, e não desce ao nível dos pormenores estruturais. Mas, ainda assim, o exemplo de Celanova é o mais valioso elemento que possuímos para a definição da cronologia do arco de Manhente. Como se sabe, o mosteiro de Celanova, ao qual se encontrava ligada a capela de San Miguel, foi fundado em 936 e sagrado a 22 de Novembro de 942. Outros monumentos atrás evocados, como Mondoñedo e Peñalba, também não se afastam muito desta cronologia. O primeiro templo de San Martiño de Mondoñedo tem sido associado à figura de S. Rosendo, podendo ser balizado entre 927 e 940⁴³, enquanto que a igreja de Santiago de Peñalba terá sido erguida entre 931 e 938⁴⁴. A confiar nestas sugestões cronológicas poderíamos atribuir o arco pré-românico de Manhente à segunda metade do Séc. X ou aos inícios do Séc. XI. Como vimos, os elementos documentais conhecidos apenas revelam que o mosteiro já existia em [1071-1091] mas nada elucidam sobre a sua origem. Por isso, não nos parece demasiado arriscado propor para o nosso arco uma cronologia dentro da segunda metade do Séc. X ou primeiras décadas do Séc. XI.

Erguidas provavelmente na centúria de Trezentos, as ruínas que se podem admirar ao lado da velha torre de Manhente abrigam, assim, os mais antigos vestígios do velho Mosteiro de S. Martinho de Manhente. Estes vestígios, que passaram despercebidos até hoje, assumem uma enorme importância, revelando um arco que reflecte a penetração de influências moçárabes no Entre-Douro-e-Minho. Neste aspecto eles não estão isolados, devendo ser colocados lado a lado com muitos outros vestígios, na sua maioria avulsos, que felizmente se vão conhecendo cada vez melhor.

⁴³ Cf. Manuel Nuñez Rodriguez, *Arquitectura Prerrománica*, COAG, 1978, p. 239.

⁴⁴ Cf. Manoel Gomez Moreno, *Iglesias Mozárabes. Arte Español de los siglos IX al XI*, Madrid, 1919 (ed. facsimilada, Granada, 1998), p. 225-226; Jacques Fontaine, *Art Mozarabe*, Yonne, 1977, p. 138.

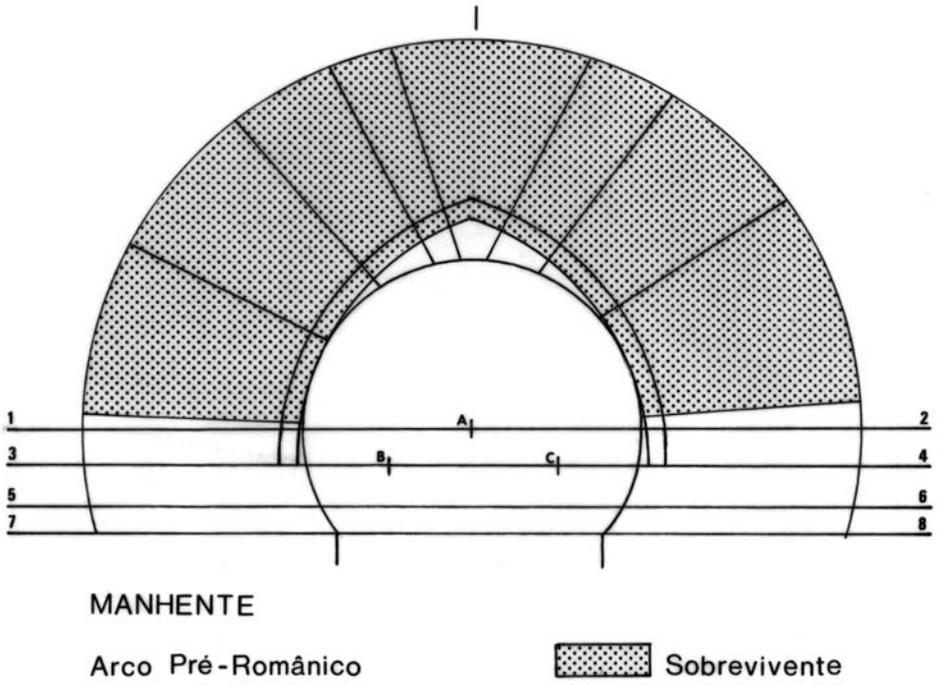


Fig. 7 - Reconstituição do arco Pré-Românico da Igreja de Manhente.